

SOLVÊNCIA FISCAL DE LONGO PRAZO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**Marcelo Abi-Ramia Caetano**

Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

O objetivo deste texto é realizar um diagnóstico sobre a sustentabilidade de longo prazo dos regimes próprios de previdência social (RPPS) de estados e municípios.

O diagnóstico proposto neste estudo se estrutura em cinco etapas. Inicialmente, descrevem-se, na segunda seção, as regras que se aplicam à previdência funcional. Conforme se exporá, o desenho do plano previdenciário é fundamentalmente constitucional no que se refere às condições de elegibilidade, fórmula de cálculo, regras de indexação e alíquotas de contribuição. Nesse sentido, uma reforma mais ambiciosa na previdência dos servidores exige emenda constitucional.

A segunda etapa – descrita na seção 3 – é um comparativo internacional do RPPS brasileiro. Observa-se um alto gasto brasileiro com previdência funcional em relação a outros países tanto como proporção do produto interno bruto (PIB) quanto como na relação da despesa do RPPS com a despesa previdenciária total. Na seção 4, apresentam-se dados que mostram a baixa participação da receita e dos ativos financeiros em relação à despesa total. A quarta etapa (seção 5) apresenta o *deficit* atuarial dos estados tal como por eles reportados, o qual atinge a cifra de 44% do PIB brasileiro. Por fim, propõem-se, na sexta seção, reformas com o intuito de reduzir o custo fiscal dos RPPS. Conclui-se que mesmo alterações ambiciosas de alto custo político não logram eliminar o *deficit*, mas tornam sua trajetória mais gerenciável.

SUMÁRIO EXECUTIVO